

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO FAMILIAR: UMA PROPOSTA DE QUESTIONÁRIO

João Bruno Mansor Soares¹

Evelin Lucht Lemos²

RESUMO

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008-2009, realizada pelo IBGE com o objetivo de disponibilizar informações sobre a composição orçamentária doméstica e sobre as condições de vida da população, constatou que o número de endividados é crescente no Brasil. Desse modo, este artigo buscou consolidar as principais explicações para o atual comportamento do consumo familiar. Realizou-se a pesquisa bibliográfica exploratória para a preparação de um questionário, que visa servir de ferramenta de auxílio para futuros pesquisadores. Durante toda a pesquisa observou-se a relação entre o endividamento e o nível de educação financeira das pessoas, sendo essa uma condição *sine qua non*, mas não única, para a conquista da independência financeira e a superação do comportamento consumista para o de investidor.

Palavras-chave: Orçamento Familiar. Endividamento Familiar. Consumo. Educação Financeira.

¹ Aluno do 4º ano de Administração da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica da Fundação Araucária. *E-mail:* joabruno.ms@gmail.com.

² Mestre em Administração (UFPR). Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail:* evelin.lemos@fae.edu.

INTRODUÇÃO

Conforme a pesquisa POF do IBGE, de 2008-2009, famílias com rendimentos até R\$ 2.490, que representam quase 70% da população, possuíam despesas familiares maiores que o orçamento familiar. Em complemento a esses dados, segundo o Banco Central (BC) (apud VALENTE, 2013), o índice de endividamento subiu mais 0,2% percentuais, passando para 43,99% em março de 2013. Segundo o BC, esse índice passou a ser mensurado em 2005, ano em que o endividamento da família era de 18,39% da renda bruta anual. Em maio de 2013, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC) publicou a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), a qual indica que 64,3% das famílias brasileiras se encontram endividadas. Quando em 2011, a mesma CNC fez uma análise da trajetória do endividamento familiar, e se percebeu que o produto financeiro responsável por maior parte do endividamento foi o cartão de crédito.

Assim, buscou-se consolidar os principais fatores e indicadores que explicam o atual consumo familiar. Para tal, foi preparado um questionário, a partir de pesquisa bibliográfica exploratória, além de outras pesquisas internacionais semelhantes, sobretudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que visa ser uma ferramenta para futuro auxílio a pesquisadores em uma melhor compreensão do consumo familiar.

Entre as diversas fontes pesquisadas, observa-se principalmente a relação direta entre o endividamento e o grau de conhecimento ou de educação financeira. Por mais complexa que seja a análise, a relação acontece na constante dialética entre os temas: Educação Financeira X Endividamento, que já nos livros extrapolam para o dia a dia das pessoas.

O cuidado do patrimônio ou, em outras palavras, o controle sobre seus ativos e passivos é permeado de inseguranças e exige maturidade. Deve-se enxergar a educação financeira como um “instrumento e segurança para a tomada de decisões”, tendo claro que ela não é sinônimo de ascensão social ou enriquecimento, mas sim a base para o equilíbrio na chamada “vida financeira” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 21).

Por esses motivos, desde as fontes de pesquisa, o objetivo de criação do questionário foi voltado para uma interação teórico-prática, seja do ponto de vista do pesquisador ou do entrevistado.

Desse modo, após explanação e reflexão sobre a urgente necessidade da educação financeira, “ainda incipiente no Brasil” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 12), buscou-se relacionar tamanha urgência à expansão do crédito, uma vez que “o crescimento

desorientado do crédito produz a inadimplência” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1224). Esse descontrole também pode invadir esferas profissionais, quando observadas as crescentes iniciativas de empreendedorismo, típicas do brasileiro.

Partindo de perspectivas pessoais até o âmbito macroeconômico, a educação financeira influencia a capacidade de dimensionar o impacto sobre as decisões financeiras tomadas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1127). O verdadeiro planejamento pessoal inicia-se quando o “horizonte de planejamento” (Ibid., p. 1124) é estendido e deixa-se de “priorizar o consumo” preparando o nascimento de uma “cultura de poupança”. Cultura que apenas se ratifica efetivamente quando a população tem acesso a serviços bancários básicos, como a conta-corrente. A pesquisa Ibope (2009) revelou que apenas 51% dos brasileiros possuem conta-corrente (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 36). Enquanto não se concretizar ou não houver uma formalização das estruturas de análise do chamado orçamento pessoal ou familiar, não teremos a base do “horizonte de planejamento”, e o consumo será a prioridade. Uma conta bancária, independentemente da instituição financeira, é uma ferramenta de grande utilidade para a construção do orçamento, seja ele individual ou conjunto, familiar.

Após breve argumentação, buscou-se desconstruir toda e qualquer relação determinante entre planejamento financeiro e ascensão social, uma analogia um tanto comum, já que a simples clareza do orçamento gera segurança e é uma diferenciação diante dos inúmeros chamados “analfabetos financeiros” (SOARES, 2012). Por fim, considerando que a educação financeira deve compreender aspectos de planejamento financeiro e, sobretudo, das modalidades de investimento, fez-se uma concisa explanação das mais populares formas ofertadas no mercado.

1 A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embasado em publicações acadêmicas, pesquisas e relatórios de organizações como o BC, o IBGE ou a OCDE, o referencial teórico serviu de direcionamento e guia para que fossem buscadas as maneiras de um questionário auxiliar o mapeamento de uma amostra futura. Nesse sentido, o referencial teórico foi construído a partir das explicações de educação financeira e suas diversas facetas, planejamento financeiro e orçamento familiar.

1.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Certamente a educação é um dos temas mais discutidos na atualidade. Suas características, facetas, importância, frutos, quando levados a sério, alimentam inúmeras teses e discursos de diretos humanos, conhecimento, evolução, desenvolvimento do homem, entre outros. Contudo, falar de educação financeira, especificamente, soa como algo completamente distinto e desconexo da realidade da educação básica de um cidadão. Porém, é possível sim afirmar que a educação financeira de um cidadão é tão importante quanto a educação básica, que sua posse é de grande valia e que complementa e até mesmo ratifica a educação como um todo. Sendo assim, o processo educacional somente ocorrerá por completo quando esses dois pilares estiverem consolidados (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Um cidadão sem leitura não absorve a totalidade do mundo à sua volta, de igual modo o não conhecimento financeiro priva-o de exercer com plenitude os seus direitos e deveres sobre suas finanças. Justamente sobre esse ponto surge um conceito de “cidadania financeira”, de acordo com o BC: “A cidadania financeira, entendida como pleno exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças, ainda é incipiente no Brasil e no mundo” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 12).

A partir dessa afirmação, autentica-se que a educação financeira é um direito e instrumento para a vivência da plena cidadania; e seu desenvolvimento, ainda embrionário nas sociedades, aumenta muito a necessidade e a importância de que todos tenham acesso a ela. A capacitação financeira torna os indivíduos aptos “a tomar suas decisões com maior fundamentação e segurança”. Os chamados Programas de Educação Financeira (SAITO, 2007, p. 20) devem compreender a formação de uma capacidade financeira, que deem uma base para a compreensão não apenas de termos específicos, mas do planejamento de curto, médio e longo prazo, além da consciente utilização dos serviços financeiros oferecidos tão abundantemente por inúmeras instituições, sejam públicas ou privadas. De acordo com a OCDE (2005 apud SAITO, 2007, p. 20):

A educação financeira é o processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação, e recomendações claras, possam desenvolver habilidades e a confiança necessárias para tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o seu bem-estar.

O BC afirma que tal responsabilidade, a educação financeira, deve ser incorporada e encabeçada pelo Estado. Como resposta concreta, temos os arts. 3º, 170 e 192 da Constituição Federal (CF), que evidenciam que o Estado deve construir uma sociedade justa, a fim de garantir o desenvolvimento social equilibrado servindo aos interesses da

coletividade (CF, 1988, art. 192). A CF apresenta o Sistema Financeiro Nacional (SFN) como responsável pelo funcionamento das instituições financeiras e determina que estas participem na orientação da sociedade quanto ao uso adequado de produtos e serviços oferecidos (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 12).

No Brasil, a educação financeira não faz parte do currículo escolar. Embora em agosto de 2010, tenha iniciado o primeiro projeto oficial de educação financeira em 450 instituições de ensino médio, esse número ainda é mínimo. Por outro lado, na Inglaterra, desde 2000 é obrigatório o conteúdo de educação financeira da pré-escola até o ensino médio. Segundo Saito, Savoia e Santana (2007, p. 1128), diversos países estão adotando políticas para instruir a população quanto aos conceitos de crédito, de investimento, demonstrando preocupação com a população jovem. Contudo, ainda há uma reduzida compreensão da população sobre os benefícios oriundos da educação financeira.

Segundo os mesmos autores, a própria OCDE (2005 apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007) propõe alguns princípios e recomendações, tais como: a) a educação financeira deve ser livre de vieses; b) cada país deve construir seu próprio programa de educação financeira, focando em suas idiossincrasias; c) a educação financeira deve ser vista como instrumento de crescimento e estabilidade econômica; d) todos os entes jurídicos (privados e públicos) devem ser envolvidos, inclusive a mídia; e) a educação financeira como um processo deve ser recorrente e contínua e ser iniciada na escola; e) o foco dos programas de educação financeira devem ser os aspectos relevantes no planejamento pessoal como poupança, aposentadoria e endividamento; f) os programas, na medida do possível, devem ser customizáveis.

A realidade atual demonstra que as autoridades não têm forças o suficiente para uma capacitação considerável de toda a população, suas ações ainda são muito pequenas, pois é preciso adaptar os conteúdos às realidades e necessidades de cada região do Brasil. Esse será um processo demorado e trabalhoso, contudo, jamais pode ser visto como menos importante ou temporário.

1.2 EXPANSÃO DO CRÉDITO

É cada vez mais clara a necessidade de conduzir as finanças de forma madura, seja a níveis pessoais, familiares ou profissionais. “Cidadãos bem-educados financeiramente cuidam melhor dos seus recursos” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 14), tornam-se indivíduos críticos e informados sobre os serviços financeiros disponíveis, sendo mais bem-preparados para administrar as suas finanças de maneira eficaz (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1126). Essa é uma realidade adversa à que temos hoje, na qual o incentivo ao consumo pela crescente oferta de crédito é notável.

Segundo o BC e Susep (apud SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1125), no período entre 2002 e 2006, o total em crédito ofertado às pessoas físicas cresceu 180%, sem mencionar a participação em fundos como o PGBl, VGBl ou a Previdência, cujo aumento foi de 656%. Esse é um tema difícil, o crédito é necessário à economia, porém, cidadãos sem a capacidade de distinguir diferenças básicas de juros, por exemplo, que utilizam esse crédito de forma inadequada geram um cenário com muitas distorções nas relações de consumo e prejudicam o “desenvolvimento e o crescimento econômico” (SOARES, 2012), tanto deles mesmos quanto do país. Como citado, “o crescimento desorientado do crédito produz a inadimplência” (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1224).

1.3 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA A NÍVEL PROFISSIONAL

A educação financeira também se enquadra na vertente profissional, conforme Worthington (2006 apud Ibid., p. 1126). Extravasa, assim, tópicos da gestão de um orçamento familiar, como: poupança, investimento seguro. No âmbito profissional, o fluxo de caixa e os mecanismos de governança corporativa ou gestão aparecem como imprescindíveis. A importância de um conhecimento também a nível profissional, para a realidade brasileira, aumenta quando consultadas as estatísticas de empreendedorismo, que mostram o povo brasileiro como um dos mais empreendedores do mundo (GEM, 2010).

A relação entre a necessidade de educação financeira também a nível profissional é clara, pois muitos empreendedores sem instrução cometem o costumeiro erro de misturar o dinheiro da empresa com as finanças pessoais (TAMOTO, 2013). Compromete-se não apenas a empresa, mas todo o orçamento familiar. Sendo assim, em qualquer aspecto profissional da pessoa, seja empregado ou empregador, a educação financeira faz-se mais que necessária.

1.4 PLANEJAMENTO DAS FINANÇAS PESSOAIS

A educação financeira deve ser vista como instrumento do governo para alcançar crescimento e estabilidade econômica (SAITO, 2007). Novamente, partindo de perspectivas pessoais, profissionais e até no âmbito macroeconômico, a educação financeira influencia a capacidade de dimensionar o impacto sobre as decisões financeiras tomadas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 127).

O verdadeiro planejamento pessoal inicia-se quando o “horizonte de planejamento” (Ibid., p. 1124) é estendido, e deixa-se de “priorizar o consumo”, preparando o nascimento de uma “cultura de poupança” (Ibid., p. 1122). Tal

planejamento exige ascese, prática, disciplina (VIANA DE SOUSA et al., 2011, p. 85). Carvalho Júnior, Rocha e Bruni (2009) verificaram “que as pessoas não analisam todas as alternativas possíveis antes de tomar uma decisão. Mas acabam por suspender a busca por uma alternativa ótima tão logo encontrem uma alternativa satisfatória”.

É preciso nutrir os cidadãos com informações básicas para que tomem decisões de maneira pensada e segura. Em diversos outros países, observa-se a grande importância da mídia no processo de capacitação financeira (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007, p. 1133). O brasileiro possui muitos materiais que, de forma gratuita, podem auxiliá-lo na formação dessa consciência crítica. Principalmente pela internet, encontram-se vídeos, cartilhas, apostilas, guias, glossários e outros sobre educação financeira, oferecidos tanto pelas instituições públicas (BC, Bovespa, Caixa Econômica Federal) como pelas instituições privadas (Itaú, HSBC, Bradesco). Entretanto, ainda é carente a divulgação desses materiais. É preciso construir a importância, o sentimento de relevância e necessidade por esse conhecimento. É preciso tornar a educação financeira essencial na “qualidade de vida financeira” (LOPES, 2011).

1.5 A INCLUSÃO BANCÁRIA

Metade da população brasileira não possui conta bancária (IBOPE, 2009), não tem acesso ao mínimo de possibilidades e benefícios que tal participação oferece. O mercado bancário está em grande expansão e crescimento (LOPES, 2011, p. 36). Grande parte dos potenciais clientes, pela situação em que vivem, ainda não é atrativa para os bancos. Em paralelo, nota-se a criação de outras iniciativas que suprem essa demanda, a exemplo da criação de bancos populares no chamado microcrédito. São empréstimos de baixo valor, quase a juros de custo, além da redução nas burocracias.

Essas instituições vão ao encontro das classes sociais mais baixas. Um exemplo bastante significativo foi a criação do microcrédito na Índia. Seu fundador, Muhammad Yunus, sensível às necessidades das pessoas à sua volta, depositou nos pobres a credibilidade para empréstimos que os ajudassem nos seu dia a dia de trabalho. Futuramente surgiu o Banco Grameen, com o objetivo de estender as alternativas de crédito para homens e mulheres pobres (ALVES, 2009, p. 3), fomentando assim a inclusão e a participação de qualquer cidadão no universo bancário.

O uso de uma conta bancária aliado ao conhecimento financeiro pode servir de instrumento para um melhor controle de suas finanças. Tendo à frente uma visualização formal de seu orçamento, os cidadãos adquirem mais ferramentas e possibilidades de gestão, além de prevenirem-se contra fraudes e abusos (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 19). “Outro benefício é o aumento do conhecimento sobre as alternativas de crédito existentes, tornando claro qual é a mais adequada para suas circunstâncias” (Ibid., p. 20).

Tal conhecimento será absorvido e diariamente atualizado por toda a vida. No crescimento da ascense frente ao consumo, constrói-se a “vida financeira”, cuja responsabilidade de gestão é notavelmente transferida do Estado aos cidadãos de forma gradativa (Ibid., p. 21). Essa “vida” também pede saúde e cuidados à medida que se desenvolve, emancipa e envelhece. Enquanto forem considerados economicamente ativos, lembrem-se: “as pessoas precisam também se comportar como investidores, pois precisam fazer poupança e formar patrimônio para poder aposentar-se algum dia e ter uma renda passiva para consumo futuro” (Ibid., p. 21). Não é possível formar patrimônio ou comportar-se como investidor ampliando o chamado “horizonte de planejamento” (Ibid., p. 1124) sem o uso de uma conta-corrente.

1.6 ORÇAMENTO PESSOAL E FAMILIAR

O orçamento pessoal e familiar é a ferramenta principal para a administração das finanças pessoais. O orçamento possibilita uma visão macro dos gastos, o que é fundamental para o planejamento da alocação de despesas e investimentos. Entretanto, em virtude da história econômica do Brasil, o brasileiro carece de uma cultura de planejamento, o que dificulta a educação financeira. De acordo com Santos (2005), com a estabilização monetária, é necessário preocupar-se com a administração do orçamento, “detectando todos os ralos por onde escoam seu precioso dinheiro”.

O orçamento familiar consiste basicamente na identificação de receita e despesas, ou seja, na construção de um fluxo de caixa familiar. Segundo Frankenberg (2002), quanto maior o nível de detalhamento do orçamento, mais ele permitirá um controle acurado.

As receitas, despesas e investimentos devem ser divididos em fixos, variáveis e extras. E o acompanhamento deve seguir a periodicidade das receitas. O orçamento deve ter como princípio norteador metas de curto e longo prazo. O orçamento de curto prazo deve ser equilibrado, ou seja, as receitas (salários, rendimentos com aplicações financeiras, aluguéis, entre outros) devem ser iguais ou maiores que os gastos e investimentos. Caso contrário, não será possível o estabelecimento de metas de curto e longo prazo.

Segundo Halfeld (2005), no longo prazo, o orçamento deve ser construído com o objetivo de garantir uma aposentadoria segura. O autor utiliza “estágios da vida financeira” em que os comportamentos de consumo devem ser diferenciados. A juventude, dos 20 aos 50 anos, são os anos para acumular riquezas. É preciso definir os objetivos de vida e carreira; poupar e investir; assumir riscos; constituir família e contratar seguros. A meia-idade, dos 50 aos 65 anos, pede um comportamento conservador, uma maior estabilidade no consumo. Após os 65 anos, na fase de aposentadoria, a regra é aproveitar.

1.7 ASCENSÃO SOCIAL

O planejamento financeiro fruto de uma boa gestão e controle de orçamento traz consigo alguns benefícios, como o crescimento e a possibilidade de ascensão social. Seria uma inverdade afirmar que o planejamento financeiro é um determinante, porém pode-se evidenciar que, a partir de um melhor controle e administração dos bens monetários, a tomada de decisão é facilitada. Com isso, a ascensão social seria gradativamente possibilitada. A simples conquista de estabilidade financeira já é grande motivo de distinção e crescimento frente aos que, de forma descontrolada, afundam-se em dívidas e no imediatismo do consumo (FRANKENBERG, 2002, p. 45).

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ascensão social e crescimento são sinônimos de investimento e futuro, quando analisados sob a ótica financeira. “As pessoas precisam comportar-se como investidores” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 21). Diversas são as modalidades de investimento, bem como os horizontes de resultados projetados em cada um deles. Contudo, nota-se que alguns se destacam em popularidade e aceitação, seja pelo baixo risco, simplicidade e até mesmo por um perfil do brasileiro. Mas a grande verdade está na pequena amostra de investidores se comparada à população brasileira. Se apenas metade da população tem conta bancária (IBOPE, 2009), quão menor não seria o percentual de investidores?

QUADRO 1 – Modalidades de investimento e suas características

MODALIDADE	CARACTERÍSTICAS
CADERNETA DE POUPANÇA	Um dos modelos mais tradicionais de investimentos, principalmente pela simplicidade e pelo menor risco, dada a sua estabilidade e liquidez. Além disso, é isenta de imposto de renda sobre os ganhos e permite que sejam feitos investimentos de pequenas quantias. Seu rendimento é acrescido em intervalos de 30 dias e indexado à taxa Selic. Cotada menor ou igual a 8,5% ao ano, o rendimento corresponde a 70% da Selic. Estando a Selic acima de 8,5% ao ano, o rendimento corresponde a 6,17% anual. Logo, quanto menor a taxa Selic, menor o rendimento da poupança.
AÇÕES	São como pequenas frações do capital social de uma empresa. Possuir uma ação significa ser dono de um pequeno pedaço da empresa. Sendo assim, comprar uma ação é investir em uma empresa; recebendo em troca seus resultados, sejam eles positivos ou negativos. É considerado um investimento de maior risco, se comparado à poupança, por estar mais suscetível às oscilações do mercado e outras variáveis que podem influenciar diretamente seu resultado (BM&F BOVESPA, 2013).
FUNDOS DE INVESTIMENTO	São como um condomínio que reúne recursos de um grupo de investidores. Os chamados fundos de renda fixa são as modalidades de investimento cuja rentabilidade é pré ou pós-fixada, como: títulos do governo, CDBs, cadernetas de poupança etc. Os de renda variável são o oposto, que buscam ações, commodities, derivativos comumente negociados em bolsas de valores. A segunda possibilidade são os fundos de investimento como um grupo de pessoas investindo juntos. Esses fundos são administrados por terceiros, que migram e fracionam o capital para diversas possibilidades de investimento, visando diminuir os riscos e aumentar o potencial de retorno. Em sua maioria, o objetivo é de alavancar as possibilidades de ganho dado o maior montante de capital investido (FUNDOS..., 2013).
PREVIDÊNCIA PRIVADA	Um sistema que acumula capital para a aposentadoria. Hoje pode ser vista como uma poupança paralela à previdência oficial, que vem crescendo em adeptos. Também dividida em duas modalidades, a previdência privada pode ser aberta ou fechada. A primeira modalidade é ofertada por bancos, com uma maior liquidez; as fechadas são para participantes de sindicatos ou profissionais ligados a empresas. Em linhas gerais, ambos, trabalhador e empresa, dividem o montante investido, sua vantagem está na possibilidade de abater um percentual do imposto de renda (PREVIDÊNCIA..., 2013).
TÍTULOS PÚBLICOS	São ativos de renda fixa, emitidos pelos governos dos países com a finalidade de arrecadar capital junto à população. As rentabilidades podem ser pré ou pós-fixadas; são também divididos em curto, médio e longo prazo. Considerados os ativos de menor risco da economia de um País, são 100% garantidos pelo Tesouro Nacional. Seu risco varia de acordo com a reputação do país emissor. Atualmente crescem em popularidade e adeptos (TÍTULOS..., 2013).
TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	Títulos de capitalização são créditos ofertados por banco e empresas de capitalização, que podem ter um rendimento pré ou pós-fixado, variando de acordo com o tempo e valor de contribuição. Além do caráter de formar uma aplicação, possuem também um viés lotérico, e os participantes podem ser premiados em sorteios pré-determinados. Nessas modalidades, além da possibilidade de serem sorteados, ao final, os participantes recebem todo o montante investido de forma corrigida e, dependendo do contrato, acrescido de juros.

FONTE: Os autores (2013)

Com o conhecimento das modalidades de investimento e a popularização da educação financeira, ao fim, colhem-se frutos de solidez, de progresso. Independentemente de qual seja o modo, “as pessoas precisam compreender as características dessas modalidades de planos para decidir qual é o mais adequado às suas necessidades” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 6).

3 METODOLOGIA

Para a efetiva realização dos objetivos propostos nesta pesquisa, foram realizadas pesquisas exploratórias bibliográficas, tendo em vista que a preparação do questionário visou à busca pela obtenção de dados – “mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo” (NEVES, 1996). Pressupõe-se uma futura aplicação com os funcionários da FAE, cuja aproximação seria facilitada, uma vez que grande parte das pessoas com o perfil traçado se encaixa na amostra.

A posterior elaboração de um processo de pesquisa quantitativa buscará levantar dados por meio de questionário fechado (vide anexo), para que se apurem ainda mais os questionamentos e se elucide o comportamento dos cidadãos. A partir do momento em que é possível confrontar as premissas teóricas com a realidade empírica dos entrevistados, dá-se abertura à oportunidade de aprofundarem-se os estudos. Segue-se, então, por meio das entrevistas de uma etapa qualitativa, um complemento, que refina os dados e fortalece a análise.

CONCLUSÃO

“A cidadania bancária ainda é incipiente no Brasil e no mundo” (ARAÚJO; SOUZA, 2012, p. 12). Essa premissa esteve ainda mais clara ao longo de toda a pesquisa. Os principais fatos aqui elucidados demonstram claramente que, antes de aprofundar o entendimento sobre as causas de uma parcela endividada da população, é preciso compreender se ela está ciente da necessidade de alcançar tal cidadania.

Descobrir como a responsabilidade do Estado e dos agentes financeiros forma e educa os cidadãos financeiramente, por um princípio constitucional, é certamente uma questão-chave para chegar aos pilares dessa situação. O contrassenso que se vive hoje no estímulo ao consumo e aumento de crédito à nova classe C emergente, contra o ideal de um crescimento e desenvolvimento financeiro responsável, saudável da população, é imenso. Sem a educação financeira, devidamente estruturada e fortalecida, essas grandezas tornam-se claramente inversas em proporção. Assim como os teóricos expõem

a dialética entre endividamento e educação financeira, a mesma relação aparece na expansão do crédito e no desenvolvimento financeiro responsável dos cidadãos.

Alguns projetos de lei tramitam no Congresso Nacional para incluir oficialmente a educação financeira no currículo escolar nos ensinos fundamental e médio. Desde 2009, eles aguardam para entrar em pauta. Muitas atividades já estão sendo desenvolvidas em algumas realidades específicas de escolas públicas ou privadas.

Como exposto anteriormente, a educação financeira de um cidadão é tão importante quanto a educação básica, ainda mais se considerada a expansão do crédito e das oportunidades no Brasil. Educar financeiramente os cidadãos é transformar as mais básicas iniciativas de mercado. É capacitar o empreendedorismo; dividir a responsabilidade estatal de controlar os agentes financeiros e quiçá melhor avaliar o próprio Estado em seus atos; fortalecer o “consumo sustentável” (CARMONA, 2013). É preciso “falar de educação financeira e uso consciente do dinheiro interligando todo o processo de consumir, pois o dinheiro ‘atravessa’ o ato de consumo” (CARMONA, 2013).

Saito, Savoia e Santana (2007, p. 1133), quando analisam os paradigmas da educação financeira no Brasil, evidenciam: “Não foram encontrados trabalhos que consolidam as informações sobre Educação Financeira. Isso torna este artigo extremamente relevante, já que se trata de uma contribuição institucional para futuras discussões sobre o tema no país”.

Justamente com esse pensamento, encerram-se as exposições, sendo certo que “tais ações são insuficientes para atender a demanda por tais conhecimentos” (SAITO, 2007, p. 99) e, ainda, com esses dados, não se pretende “esgotar os assuntos, mas sim ilustrar uma evolução no país”, e de igual forma responder, por meio da pesquisa acadêmica, à iniciativa e esboço de “uma participação constante das instituições de ensino superior no processo de educação financeira” (Ibid., 2007, p. 99).

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Olívia. **Poupança**. 15/06/2012. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/financas/meubolso/2012-06-15/veja-quanto-seu-dinheiro-rende-na-poupanca.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- ALVES, César M.; CAMARGOS, Marcos A de. **Microcrédito**: uma análise da percepção dos empreendedores demandantes e da aplicação dos recursos. São Paulo: FEA/USP, 2009. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/12semead/resultado/trabalhosPDF/585.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- ARAÚJO, Fábio de A. L.; SOUZA, Marcos A. P. de. **Educação financeira para um Brasil sustentável**: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão. Brasília: BACEN, jun. 2012. (Trabalhos para discussão, n. 280) Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD280.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2012.
- ATKINSON, Adele; MESSY F. **Measuring financial literacy**: results of the OECD. International Network on Financial Education (INFE) Paria: OECD, 2012. (OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, n. 15). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en..>>. Acesso em: 10 jan. 2013
- BOLSA DE MERCADORIAS & FUTUROS; BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Planilha de orçamento pessoal**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/iniciantes/mercado-de-acoess/planilha-de-orcamento-pessoal/planilha-de-orcamento-pessoal.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 17 fev. 2013.
- _____. _____. **Cursos online de finanças pessoais**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/cursos/online/financas-pessoais-online.html>>. Acesso em: 20 jan. 2013.
- _____. _____. **Ações, o que são?** Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/empresas/pages/empresas_acoes.asp>. Acesso em: 17 fev. 2013.
- BORGES, Gabriela Mesquita. **Uma análise do conhecimento em finanças pessoais e a correlação da satisfação financeira com outros fatores**. Brasília: UNB, 2011.
- _____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 nov. 2012.
- BRASIL está entre dez maiores países empreendedores do mundo**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/empreendedor/empreendedorismo-hoje>>. Acesso em: 13 maio 2013.
- CARMONA, Tomás. **A educação financeira e o consumo sustentável**. 19/05/2013 Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/economia-e-financas/a-educacao-financiera-e-o-consumo-sustentavel/76036/>>. Acesso em: 27 maio 2013.
- COMO investir: glossário de termos financeiros. Disponível em: <<http://www.comoinvestir.com.br/glossario/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO – CNC.

Pesquisa Nacional de endividamento e Inadimplência do consumidor (Peic). Maio 2013.

Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-23>>. Acesso em: 13 junho 2013.

FRANKENBERG, Louis. **Guia prático para cuidar do seu orçamento.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

FUNDOS de investimento. Disponível em: <<https://www.invistaativa.com.br/investimentos/fundos-de-investimento.aspx>>. Acesso em: 17 fev. 2013.

_____. Disponível em: <<http://www.comoinvestir.com.br/fundos/guia-de-fundos/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. – GEM 2010. **Empreendedorismo no Brasil: 2010;** relatório executivo. Curitiba: IBQP-PR, 2010. <http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/relatorio_executivo.pdf>. Acesso em: maio 2013.

HALFELD, Mauro. **Investimentos:** como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento Editorial, 2005. Baseado em: MODIGLIANI, F. Life Cycle, Individual Thrift, and the Wealth Of Nations. **The American Economic Review**, v. 76, n.3, p. 297-313, June 1986.

IBGE. Pesquisa de orçamento familiar. POF 2008 – 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1648id&id_pagina=1>. Acesso em: 10 maio 2012.

IBOPE. Brasil. **51% da população brasileira possui conta em bancos.** 2009. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/51_%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20possui%20conta%20em%20bancos.aspx>. Acesso em: 15 dez. 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS FINANCEIROS (IEF). Planejamento financeiro pessoal. Disponível em: <<http://www.ief.com.br/bolso.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Brasil em desenvolvimento:** estado, planejamento e políticas públicas. Brasília, 2010. v. 3.

KEMPSON, Elaine. **Framework for the development of financial literacy baseline surveys:** a first international comparative analysis. Paris: OECD, 2012. (Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 1). Disponível em: <10.1787/5kmddpz7m9zq-en>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LOPES, Everton. **Qualidade de vida financeira.** 2011. Disponível em: <<http://qualidadedevidadefinanceira.blogspot.com.br/2011/04/qualidade-de-vida-financeira-com.html>>. Acesso em: jun. 2013.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n.3, p. 1-5, 2. sem. 1996.

PREVIDÊNCIA privada. Disponível em: <<http://invertia.terra.com.br/previdencia/interna/0,,OI147053-EI1806,00.html>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/>>. Acesso em: 25 nov. 2012

SANTOS, J. B. A. dos. **Orçamento pessoal**. 2005. Disponível em: <http://www.capitalgaucha.com.br/comunidades/colonistas/joao_baptista/orcamento_pessoal_05out05.htm>. Acesso em: 23 maio 2013.

SAVOIA, J. R. E.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública** [online], v. 41, n. 6, p. 1121-1141, nov./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2012.

SOARES, Heraldo M. Info Money. **Analfabetos financeiros**. 2012. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/noticia/2620557/mais-dos-consumidores-sao-analfabetos-financeiros-avalia-pesquisa>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

TAMOTO, Rejane. **Não misture o caixa com o bolso**. 03 mar. 2013. Disponível em: <<http://www.dcomercio.com.br/index.php/economia/sub-menu-caixa/105611-nao-misture-o-caixa-com-o-bolso>>. Acesso em: 03 maio 2013.

TÍTULOS de capitalização. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/investimentos/titulo-de-capitalizacao>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

TÍTULOS públicos. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/o-que-sao-titulos-publicos>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

VALENTE, Gabriela. Endividamento das famílias bate recorde: 43,99% da renda. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 maio 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/endividamento-das-familias-bate-recorde-4399-da-renda-8516655>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

VIANA DE SOUZA, F. et al. A educação financeira e a sua influência na tomada de decisões. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v.5, n.2, p. 81-95, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/5137/3970>>. Acesso em: nov. 2013.

ANEXOS

Questionário PAIC - 2013

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO DO ORÇAMENTO FAMILIAR - UM ESTUDO DE CASO DOS FUNCIONÁRIOS FAE

SESSÃO 01 - INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

DATA: ____/____/____

1.1 QUAL A SUA IDADE?

- 18-19
- 20-24
- 25-29
- 30-34
- 35-39
- 40-44
- 45-49
- 50-54
- 55-59
- 60-64
- 65-69
- 70+

1.2 SEXO:

- MASC.
- FEM.

1.3 ESCOLARIDADE:

- ENSINO FUNDAMENTAL
- ENSINO MÉDIO
- ENSINO SUPERIOR
- PÓS-GRADUADO(A)
- MESTRADO
- DOCTORADO

1.4 VOCÊ ESTÁ EMPREGADO NO MOMENTO? EM QUAL MODALIDADE DE EMPREGO VOCÊ SE ENQUADRA?

- JORNADA COMPLETA - 40 HORAS SEMANAIS OU MAIS
- MEIO PERÍODO - MENOS DE 40 HORAS SEMANAIS
- AUTÔNOMO(A)
- INFORMAL
- NÃO ESTOU TRABALHANDO NO MOMENTO
- NDA

1.5 VOCÊ POSSUI EMPRESA OU É EMPREGADO?

- SOU EMPREGADO(A) DE UMA EMPRESA
- SOU AUTÔNOMO(A) POSSUO UMA EMPRESA
- POSSUO UMA EMPRESA
- NDA

1.6 QUAL DAS DESCRIÇÕES ABAIXO MELHOR DESCREVE SUA SITUAÇÃO ATUAL:

- ESTOU EMPREGADO(A)
- ESTOU DESEMPREGADO(A)
- SOU ESTUDANTE
- ESTOU APOSENTADO(A)
- NÃO TRABALHO FORMALMENTE, REALIZO AS ATIVIDADES DOMÉSTICAS (DO LAR)

1.7 CONDIÇÃO DE MORADIA:

- CASA PRÓPRIA
- ALUGADA
- CASA DE PARENTE (PAI, MÃE, SOGRA, SOGRO, AVÓS, OUTROS)
- DIVIDINDO O ALUGUEL COM AMIGO(AS)
- REPÚBLICA ESTUDANTIL
- OUTROS

1.8 QUANTAS PESSOAS MORAM NA SUA CASA?

- MORO SOZINHO(A)
- 2
- 3
- 4
- 5+

1.9 VOCÊ POSSUI CARRO PRÓPRIO? SE SIM, QUANTOS?

- NÃO
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5+

2.1 MARQUE QUAIS DOS PRODUTOS BANCÁRIOS ABAIXO VOCÊ TEM CONHECIMENTO (MÚLTIPLA ESCOLHA):

POUPANÇA
PREVIDÊNCIA PRIVADA / VGBL / PGBL
CONSÓRCIO
FUNDOS DE RENDA FIXA
FUNDO DE RENDA VARIÁVEL
AÇÕES
OPÇÕES
TÍTULOS DO GOVERNO
LCA / LCI
SEGUROS
CRÉDITO CONSIGNADO
DERIVATIVOS
DEBÊNTURES
TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO
CHEQUE
CHEQUE ESPECIAL
CRÉDITO PESSOAL
LEASING
CARTÃO DE CRÉDITO
CARTÃO DE DÉBITO
CONTA CORRENTE
INTERNET BANKING
BOLETO
TED / DOC / DÉBITO AUTOMÁTICO
OUTROS

2.2 VOCÊ POSSUI CONTA BANCÁRIA? EM QUANTOS BANCOS?

NÃO POSSUO
SIM, 1
SIM, 2
SIM, 3
SIM, MAIS DE 3

2.3 VOCÊ POSSUI CONTA EM CORRETORAS?

SIM
NÃO

2.4 VOCÊ CONHECE AS TAXAS E ENCARGOS DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS QUE VOCÊ NORMALMENTE UTILIZA?

SIM
NÃO
ALGUMAS

2.5 A TAXA BÁSICA DE JUROS DA ECONOMIA (SELIC) ESTÁ FIXADA ENTRE QUAIS VALORES ATUALMENTE?

ENTRE 3 E 5%
5,1 E 7%
7,1 E 8,5%
8,6 E 10%
NÃO SEI

2.6 COM QUE FREQUÊNCIA VOCÊ CONSULTA A SUA CONTA BANCÁRIA?

TODOS OS DIAS
3X SEMANA
1X SEMANA
2X MÊS
1X MÊS
APENAS SACO TUDO E NÃO FAÇO CONSULTAS
NÃO TENHO O HÁBITO DE CONSULTAR

2.7 COMO VOCÊ APRENDEU A LIDAR COM O BANCO E SEUS SERVIÇOS?

AINDA NÃO SEI
NA PRÁTICA
ESCOLA
FACULDADE
OUTROS
AUTODIDATA (LIVROS, SITES, MANUAIS...)

2.8 VOCÊ SE SENTE SEGURO COM AS INFORMAÇÕES QUE O BANCO OFERECE, AO MOVIMENTAR SEU DINHEIRO (TAXAS DE C. CRÉDITO, MENSALIDADES, ANUIDADES, APLICAÇÕES, INVESTIMENTOS ETC.)?

1 - INSEGURO
2 - POUCO INSEGURO
3 - INDIFERENTE
4 - POUCO SEGURO
5 - MUITO SEGURO

2.9 NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, QUAIS FONTES DE INFORMAÇÃO VOCÊ UTILIZOU PARA APRIMORAR SEUS CONHECIMENTOS SOBRE FINANÇAS PESSOAIS?

REVISTAS FINANCEIRAS
LIVROS E IMPRESSOS
SITES DE FINANÇAS NA INTRANET
SEMINÁRIOS
PUBLICAÇÕES DA INDÚSTRIA FINANCEIRA
PUBLICAÇÕES DO GOVERNO (BACEN, AGENDA 21, SEBRAE...)
PUBLICAÇÕES DE CORRETORAS
PUBLICAÇÕES DE CONSELHOS, SINDICATOS
AMIGOS
PARENTES
PROFESSORES
CURSOS ESPECÍFICOS

2.10 VOCÊ GOSTARIA DE RECEBER AUXÍLIO PARA FAZER / ORGANIZAR SEU ORÇAMENTO PESSOAL?

SIM
NÃO

2.11 SE UMA PESSOA GASTA R\$ 13,00 DE ALMOÇO E R\$ 8,00 NO DIA SEGUINTE, QUANTO ELA GASTOU NOS DOIS DIAS?

19,00
20,00
21,00
22,00
NÃO SEI

2.12 SE UMA PESSOA PAGA POR UM MICROONDAS R\$ 165,00 COM 4 NOTAS DE R\$ 50,00 QUANTO DE TROCO ELA VAI RECEBER?

30,00
35,00
40,00
45,00
NÃO SEI

2.13 SE VINTE JOGADORES GANHAM, CADA UM, UM PRÊMIO DE R\$ 350,00, QUAL O MONTANTE TOTAL PAGO A ELES?

3.500,00
5.000,00
7.000,00
10.000,00
NÃO SEI

2.14 SE UM PRÊMIO DA LOTERIA, DE R\$ 18.000,00, É DIVIDIDO IGUALMENTE ENTRE 6 PESSOAS, QUANTO CADA PESSOAS RECEBE?

2.500,00
3.000,00
4.000,00
6.000,00
NÃO SEI

2.15 AO INVESTIR R\$ 300,00 EM UM FUNDO DE RENDA FIXA COM JUROS DE 5% ANO ANO, AO FINAL DE 5 ANOS, QUAL SERÁ O MONTANTE INVESTIDO?

300,00
315,00
325,00
383,00
NÃO SEI

2.16 IMAGINE QUE VOCÊ TEM UMA DÍVIDA DE R\$ 200,00, COM JUROS PRÉ-FIXADOS EM 2% AO MÊS, PORÉM, VOCÊ NÃO CONSEGUIU QUITÁ-LA NOS DOIS OPRIMEIROS MESES. QUAL O VALOR ACUMULADO NO FINAL DO 3º MÊS?

200,00
205,00
208,00
MAIS QUE 210,00
NÃO SEI

2.17 O QUE VOCÊ PREFERE?

R\$ 1.000,00 NA POUPANÇA
R\$ 1.000,00 EM UM FUNDO DE RENDA FIXA, PRÉ-FIXADA EM 5% a.a.

2.18 VOCÊ GOSTARIA DE FAZER UM CURSO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA E FINANÇAS PESSOAIS?

SIM
NÃO

SESSÃO 03 - ENDIVIDAMENTO

3.1 QUAL A SUA RENDA PESSOAL MENSAL?

ATÉ R\$ 830,00
DE 831,00 A 1.245,00
DE 1.246,00 A 2.490,00
DE 2.491,00 A 4.150,00
DE 4.151,00 A 6.225,00
DE 6.226,00 A 10.375,00
MAIS DE 10.375,00

3.2 QUAL A SUA RENDA FAMILIAR MENSAL?

ATÉ R\$ 830,00
DE 831,00 A 1.245,00
DE 1.246,00 A 2.490,00
DE 2.491,00 A 4.150,00
DE 4.151,00 A 6.225,00
DE 6.226,00 A 10.375,00
MAIS DE 10.375,00

3.3 A SUA RENDA É A ÚNICA DE SUA FAMÍLIA?

SIM
NÃO
NÃO POSSUO DEPENDENTES, MORO SOZINHO

3.4 TODAS AS PESSOAS QUE MORAM EM SUA CASA, E QUE POSSUEM ALGUM RENDIMENTO, TÊM CONTA BANCÁRIA?

SIM
NÃO
MORO SOZINHO

3.5 ABAIXO, ESTÃO LISTADOS ALGUNS LUGARES EM QUE AS PESSOAS COSTUMAM FAZER EMPRÉSTIMOS. EM QUAIS DOS LUGARES ABAIXO VOCÊ PEGOU EMPRÉSTIMO NOS ÚLTIMOS 12 MESES, PARA QUALQUER MOTIVO?

BANCO COMERCIAL
FAMÍLIA OU AMIGOS
CRÉDITO CONSIGNADO
FINANCEIRAS (LOSANGO, CREFISA...)
EMPRESA (FUNDAÇÃO, COOPERATIVAS...)
AGIOTA
OUTROS
NÃO PEGUEI EMPRÉSTIMOS

3.6 NOS ÚLTIMOS 12 MESES, EM ALGUM MOMENTO, VOCÊ NÃO CONSEGUIU QUITAR SUAS DÍVIDAS?

SIM
NÃO

3.7 SE SIM, QUAIS FORAM?

C. CRÉDITO
BOLETOS (ÁGUA / LUZ / TELEFONE / MENSALIDADES...)
CARTÃO DE LOJA
CREDIÁRIO
FINANC DE CARRO
FINANC DE CASA
ALUGUEL / CONDOMÍNIO
OUTROS
NENHUMA / QRITEI TODAS AS MINHAS DÍVIDAS

3.8 POR QUAL MOTIVO VOCÊ NÃO CONSEGUIU QUITAR SUAS DÍVIDAS?

EMPRESTEI MUITO DINHEIRO
GASTEI MAIS DO QUE PODIA NO CARTÃO DE CRÉDITO / DÉBITO / LOJA
ALIMENTO DAS TAXAS DE JUROS
NÃO ME PLANEJEI CORRETAMENTE
PERDI UMA FONTE DE RENDA
MEU PARCEIRO(A) OU EU PERDEMOS O EMPREGO
GASTO EMERGENCIAL INESPERADO
ALGUMA COBRANÇA ALÉM DO ESPERADO
DOENÇA NA FAMÍLIA
SEPARAÇÃO / DIVÓRCIO
CONSUMISMO
CONSEGUI QUITAR TODAS MINHAS DÍVIDAS

3.9 VOCÊ SE CONSIDERA UMA PESSOA CONSUMISTA?

SIM
NÃO

3.10 ATUALMENTE VOCÊ POSSUI ALGUMA DÍVIDA QUE COMPROMETA MAIS DE 50% DA RENDA FAMILIAR?

SIM
NÃO

3.11 SE SIM, QUAIS?

CASA PRÓPRIA
ALUGUEL/MORADA (CONDOMÍNIO)
CARRO
EDUCAÇÃO
BENS DE CONSUMO (ROUPA, REFRIGERADOR...)
BELEZA
SAÚDE

3.12 QUAL PORCENTAGEM DA SUA RENDA QUE ESTÁ COMPROMETIDA NO MOMENTO?

0 A 20%
21 A 40%
41 A 60%
61 A 80%
81 A 100%

3.13 EM QUÊ? (MÚLTIPLA ESCOLHA)

C. CRÉDITO
BOLETO (ÁGUA / LUZ / TELEFONE / MENSALIDADES...)
CARTÃO DE LOJA
CREDIÁRIO
FINANCIAMENTO DE CARRO
FINANCIAMENTO DE CASA
ALUGUEL / CONDOMÍNIO
OUTROS

3.14 EM QUANTO TEMPO ESSA DÍVIDA SERÁ QUITADA?

MENOS DE 1 ANO
2 A 5 ANOS
6 A 9 ANOS
10 A 15 ANOS
16 OU MAIS
NÃO PENSEI NISSO AINDA

3.15 QUAIS AS MODALIDADES DE PAGAMENTO QUE VOCÊ MAIS UTILIZA?

DINHEIRO
CHEQUE
C. CRÉDITO
CARTÃO DE LOJAS
CARTÃO DE DÉBITO
CREDIÁRIO
INTERNET BANKING
BOLETO
TICKET
OUTROS

3.16 VOCÊ POSSUI CARTÃO DE CRÉDITO? QUANTAS BANDEIRAS?

NÃO.
SIM, 1
SIM, 2
SIM, 3
SIM, 4
SIM, MAIS DE 4

3.17 CASO POSSUA, COMO VOCÊ EFETUA O PAGAMENTO DAS SUAS FATURAS?

NO VENCIMENTO
APENAS O LIMITE
ANTES DO VENCIMENTO
QUANDO POSSO
DEPENDE DA MINHA SITUAÇÃO NO MOMENTO

3.18 EXISTE ALGUMA MODALIDADE DE PAGAMENTO QUE VOCÊ NÃO USARIA JAMAIS?

DINHEIRO
CHEQUE
C. CRÉDITO
CARTÃO DE LOJAS
CARTÃO DE DÉBITO
CREDIÁRIO
INTERNET BANKING
BOLETO
TICKET
OUTROS

4.1 QUEM ADMINISTRA A RENDA EM SUA CASA

EU MESMO(A)
 MEU PARCEIRO(A)
 EU E MEU PARCEIRO(A) JUNTOS
 OUTRO MEMBRO DA FAMÍLIA
 NÃO SEI

4.2 MARQUE ABAIXO O QUÃO CONFORTÁVEL VOCÊ SE SENTE COM A SUA RENDA ATUAL:

MUITO DESCONFORTÁVEL
 POUCO DESCONFORTÁVEL
 INDIFERENTE
 POUCO CONFORTÁVEL
 MUITO CONFORTÁVEL

4.3 QUAL DOS ITENS ABAIXO MELHOR DESCREVE COMO VOCÊ GERALMENTE SE SENTE SOBRE A SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA ATUAL?

FORA DO CONTROLE **O TEMPO INTEIRO**
 FORA DO CONTROLE **NA MAIOR PARTE DO TEMPO**
 ALTERNANDO ENTRE FORA DO CONTROLE E COM CONTROLE
 COM CONTROLE A MAIOR PARTE DO TEMPO
 COM CONTROLE O TEMPO INTEIRO

4.4 VOCÊ POSSUI ALGUMA FERRAMENTA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO?

CADERNETA
 PLANILHA
 CELULAR
 PROGRAMA ESPECÍFICO
 NÃO POSSUO

4.5 VOCÊ POUPA?

SIM
 NÃO

4.6 COMO?

POUPANÇA
 COFRE EM CASA
 PREVIDÊNCIA PRIVADA
 CONSÓRCIO
 FUNDOS DE RENDA FIXA
 FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL
 AÇÕES
 OPÇÕES
 TÍTULOS DO GOVERNO
 LCA / LCI
 OUTROS
 ATIVOS REAIS (IMÓVEIS, CARROS, AGRONEGÓCIO, EMPREENDIMENTOS, LOJAS ETC.)
 DERIVATIVOS
 DEBÊNTURES
 OPÇÕES
 OUTROS

4.7 QUAL O OBJETIVO DESSA POUPANÇA?

CURTO PRAZO
 MÉDIO PRAZO
 LONGO PRAZO
 DEIXAR PARA OS HERDEIROS

4.8 PENSANDO NAS FORMAS DE INVESTIMENTO MAIS RECENTES (NOS ÚLTIMOS 5 ANOS) QUE VOCÊ FEZ USO, QUAL FORMA VOCÊ USOU?

POUPANÇA
 COFRE EM CASA
 PREVIDÊNCIA PRIVADA
 CONSÓRCIO
 FUNDOS DE RENDA FIXA
 FUNDO DE RENDA VARIÁVEL
 AÇÕES
 TÍTULOS DO GOVERNO
 LCA / LCI
 ATIVOS REAIS (IMÓVEIS, CARROS, AGRONEGÓCIO, EMPREENDIMENTOS, LOJAS ETC.)
 DERIVATIVOS
 OPÇÕES
 DEBÊNTURES
 OUTROS
 NÃO INVESTI

4.9 PARA OS SEUS INVESTIMENTOS, NOS ÚLTIMOS 5 ANOS, QUEM VOCÊ CONSULTOU?

REVISTAS FINANCEIRAS
LIVROS E IMPRESSOS
SITES DE FINANÇAS NA INTERNET
SEMINÁRIOS
PUBLICAÇÕES DA INDÚSTRIA FINANCEIRA
PUBLICAÇÕES DO GOVERNO (BACEN, AGENDA 21, SEBRAE...)
PUBLICAÇÕES DE CORRETORAS
PUBLICAÇÕES DE CONSELHOS, SINDICATOS
AMIGOS
PARENTES
PROFESSORES
NÃO CONSULTEI NINGUÉM

4.10 QUAL O OBJETIVO DESSE INVESTIMENTO (MÚLTIPLA ESCOLHA)?

FLEXIBILIDADE
GANHOS DE CAPITAL DE LONGO PRAZO
DIVERSIFICAÇÃO DE PORTFÓLIO
POUPANÇA PARA O FUTURO
GANHOS DE CAPITAL NO CURTO PRAZO
ABATIMENTO DE IMPOSTOS (IR)
FLUXO DE RENDA PARA USO ATUAL
FLUXO DE RENDA PARA USO FUTURO
SEGURANÇA / BAIXO RISCO
RETORNO
NADA EM ESPECIAL

4.11 VOCÊ POSSUI PREVIDÊNCIA PRIVADA?

SIM
NÃO